

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXX • Outubro / Novembro / Dezembro 2021 • Nº 114

Escandaloso Atraso nas Promoções - Gera prejuízos materiais, funcionais e motivacionais



Pág. 10

Retomadas Reuniões nas Unidades



Pág. 13

Graduações Desgraduadas



Pág. 5

ANS Inicia Actividades na Nova Sede



Pág. 8



EDITORIAL

Da Importância do Direito (e do Dever) de Votar!

Dentro de pouco mais de um mês seremos chamados às próximas eleições legislativas! Como já vem sendo hábito, não deixarão de aparecer os habituais (velhos e novos) agentes, nos mais diversos meios de comunicação, com a missão objectiva de desinformar, a arengar sobre “a eleição do próximo primeiro-ministro”. Conceito absolutamente errado...e enganador!

Se é verdade que na eleição dos órgãos do Poder Local, para presidentes de Câmaras Municipais e presidentes de Juntas de Freguesia, os vencedores são automaticamente eleitos, relativamente ao cargo de primeiro-ministro a situação é completamente diferente. E convém que, enquanto cidadãos eleitores conscientes e participativos, tenhamos bem clara essa noção, e não nos deixemos enganar pela conversa de tais “velhos e novos agentes e comentadores”.

No nosso sistema constitucional, de eleição parlamentar, são eleitos 230 deputados para a Assembleia da República. É a eleição destes deputados que determina que o Presidente da República pondere para indigitar o primeiro-ministro. Ou seja, o primeiro-ministro é indigitado pelo Presidente da República em função da eleição dos deputados para o Parlamento. Não é eleito especificamente para tal cargo! Assim dita a Constituição da República Portuguesa (CRP)!

Ora, tendo a consciência clara e objectiva deste conceito, reforça-se a importância do direito e do dever de votar!

O Artigo 113º da CRP sobre “princípios gerais de direito eleitoral” refere que “o sufrágio directo, secreto e periódico constitui a regra geral de designação dos titulares dos órgãos electivos da soberania,

das regiões autónomas e do poder local”.

O Artigo 109º, sobre a “participação política dos cidadãos” estabelece que “a participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos”.

É com a consciência dos deveres de cidadão, participativo e exigente do cumprimento das leis em vigor, que se pode e deve combater a bafienta, porém para alguns, cómoda afirmação de que “não se vai votar porque não vale a pena... porque os políticos são todos iguais”. O acomodar as consciências neste tipo de argumentação, tentando inocentar o eleitor, apenas desresponsabiliza os cidadãos pelas suas escolhas e pelos resultados político-eleitorais. Assim, posteriormente, é muito fácil e cómodo atribuir as culpas a terceiros, retomando a estafada desculpa do “eles são todos iguais” em vez de assumir a culpa e a responsabilidade pela omissão, pela fuga, pela deserção às obrigações enquanto cidadão.

Na realidade, num regime parlamentar como o nosso, os deputados só ocupam os lugares no Parlamento (do qual resulta a formação do governo) com o “consentimento” dos cidadãos eleitores. É participando, exercendo o direito e o dever de votar que se desfaz a ideia da suposta inocência dos cidadãos. Pela importância deste facto, não podemos deixar as nossas escolhas políticas nas mãos de outros cidadãos, quando nos abstermos ou não votamos! Em democracia, todos nós

podemos e devemos ser agentes poderosos nas decisões sobre o nosso próprio futuro. Não podemos cair na tentação das lideranças populistas e da falsa necessidade de um regime mais autoritário, nem devemos alimentar sebastianismos, mesianismos ou a necessidade da tutelar figura de um “paizinho da nação”!

A solução para os ditos “males da democracia” não passa pela recuperação de regimes autoritários, alimentados por falsos democratas, através das lideranças populistas, mas passa necessariamente pela forte participação dos cidadãos sempre que são chamados a decidir, porque, em bom rigor, a democracia só se salvará com mais e melhor democracia.

Porém, esta participação não se pode confundir com a colocação de likes, mensagens agressivas ou com a partilha de conteúdos políticos nas redes sociais. Isso apenas facilitará a gestão das estratégias de políticos menos escrupulosos, pois percebem antecipadamente como, onde e em que dimensão podem manipular determinados sectores do eleitorado.

Em democracia não há “cidadãos inocentes e políticos malandros”! Os políticos chegam ao poder por meio de uma autorização dada pelos cidadãos através do voto. O Artigo 49º da CRP deixa bem claro que o exercício do direito de sufrágio é pessoal, para além de constitui um dever cívico!

Deste dever cívico, enquanto acto pessoal, decorre a necessidade de consciência crítica no momento das escolhas que se realizam nos actos eleitorais. Em democracia, a sociedade não é constituída por bons e inocentes cidadãos e maus e malandros políticos. Não! As escolhas são um reflexo directo da sociedade e do exercício

dos nossos direitos e deveres. Como tal, “os políticos” serão bons ou malandros de acordo com as exigências e as oportunidades que os cidadãos lhes derem.

No que aos militares, em geral, e aos Sargentos, em particular, diz respeito, está nas nossas consciências de cidadãos/trabalhadores em uniforme, decidir se queremos, ou não, continuar sujeitos a todos aqueles que ao longo dos anos têm sido parte activa e integrante da “Comissão Liquidatária das Forças Armadas” que nos conduziram ao estado exíguo a que chegámos! Não deixemos que o comodismo, o derrotismo, o cepticismo, discursos de teor populista, ou pior ainda, o preconceito ideológico, nos iniba de participar activa e conscientemente no acto eleitoral do qual resultará a composição e a correlação de forças do próximo Parlamento.

Assim, tendo bem presente a necessidade de fazer escolhas, reconhecendo que, pelas acções efectivas, projectos apresentados e posições publicamente assumidas, “os políticos não são todos iguais”, não podemos deixar de nos empenhar e participar activamente nas próximas eleições legislativas a que seremos chamados, em 30 de Janeiro de 2022, que acontecerá em pleno período comemorativo, a nível nacional, do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”!

Não vamos apenas para exercer um direito! Vamos, acima de tudo, cumprir um elevado dever de cidadania, tendo bem presente a memória e o exemplo daqueles que tanto sofreram e que, no limite, deram as suas vidas na luta pela liberdade e pela democracia, para que hoje possamos perceber a importância de exercer o direito e o dever de votar! ▲

Associação Nacional de Sargentos

Uma organização ao serviço dos Sargentos de Portugal

A Associação Nacional de Sargentos foi criada no I Encontro Nacional de Sargentos, realizado em Sacavém, a 1 de Abril de 1989, com a presença de cerca de 4500 Sargentos.

A ANS insere-se num movimento global que pugna activamente pela dignificação dos militares em geral, na sua condição de “Cidadãos em Uniforme”, e dos Sargentos em particular, enquanto parte integrante da Nação.

Foi pioneira no associativismo militar no período pós 25 de Abril de 1974, desde logo lutando pela obtenção de um Estatuto profissional para TODOS os militares, o que foi uma realidade a partir de 1990, com a publicação do EMFAR.

Fundamental foi o combate contra o “espartilho” criado

pelo Artigo 31º da lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, de 1982, alcançando a sua alteração com a publicação da Lei do Associativismo Profissional dos Militares, em 2001, após 19 anos de intensa e imaginativa luta.

Desde 1993 que a ANS é membro de pleno direito da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, sendo muito activa e participativa no movimento associativo e sindical militar europeu.

Uma associação, como qualquer organização ou instituição, não se faz sem o factor humano, sem a sua massa associativa, razão de ser e força dos seus combates!

E uma associação é tão mais forte quanto mais alargado for o universo efectivamente representado.

A ANS veio a constituir-se na voz que os Sargentos não tinham!

Reforcemos essa voz, dando-lhe cada vez mais força!

**“Associa-te!
Vem dar mais força
à força dos Sargentos
de Portugal”!**

Internet: <http://www.ans.pt> - www.facebook.com/ANSargentos - Email: contacto@ans.pt



ASPP/PSP Promove Conferência A ATRACTIVIDADE DA CARREIRA POLICIAL



A ASPP /PSP convidou a ANS, bem como outras associações congéneres, para assistir: as condições sociais e de carreira da PSP, história da Polícia em Portugal e legislação pertinente; vencimentos vs. condições de trabalho. Foi a 18NOV21, na Voz do Operário, em Lisboa

Seja pelo compromisso solene constitucionalmente assumido perante o Povo português, seja na vertente socioprofissional, há muitas áreas comuns às APM e às Organizações das forças de segurança. O debate sobre a atractividade da carreira policial na PSP é uma dessas áreas. Com as devidas adaptações, muitas das razões para a fraca atractividade das carreiras nas FFAA são comuns: vencimentos, falta de progressão, profissão ariscada, etc. Assim, tendo sido gentilmente convidada, a ANS não podia faltar a esta sessão de trabalho, tendo-se feito representar por Luís Bugalhão, Presidente da Assembleia-Geral.

Paulo Santos (Presidente da ASPP/PSP), a quem foram apresentados cumprimentos antes do início da sessão, iniciou a Conferência expondo a o objectivo máximo que norteou a sua realização: Só melhorando as condições de trabalho dos agentes da PSP se consegue servir melhor, enquanto Polícia Civil ao serviço dos cidadãos num país democrático, de acordo com o plasmado na Constituição. Contudo, os homens e mulheres que servem neste corpo policial não são devidamente reconhecidos. E por isso se torna essencial a luta pelos seus direitos socioprofissionais, luta essa que contribuirá para que ao papel importante da PSP na nossa sociedade possa corresponder

uma valorização e reconhecimento justos.

E essa é a principal razão para a pouca atractividade que a carreira policial tem para os jovens portugueses: não há valorização e reconhecimento justos para os que já estão ao serviço e isso sabe-se. À cabeça, há que dizê-lo sem qualquer medo, um vencimento de € 801,00 para início de carreira na PSP é pouco, quando comparado com o salário mínimo nacional (SMN) que é pago noutras profissões muito menos exigentes. Os agentes da PSP cumprem o seu papel, mas a compensação que têm não está ao nível do que lhes é exigido.



Após a abertura pelo Presidente Paulo Santos, o jornalista Lucílio Lima que moderou o debate, passou a palavra a Flávio Alves (Superintendente da PSP – aposentado), que fez uma exposição intitulada ‘Evolução da Polícia Civil’, na qual apresentou a história da polícia civil no nosso país desde as suas origens até aos dias de hoje. Quer a organização, quer a legislação enquadradora da Polícia, e por isso mesmo dos homens e mulheres que nela prestam serviço, evoluíram muito. Os desafios que a estrutura da PSP actual enfrenta são muitos e a vários níveis. Considere-se, ao nível operacional, o uso de câmaras no uniforme, os drones, a inteligência artificial, tudo **áreas que requererem** cada vez mais adaptação legislativa, por um lado, e de formação a dar constantemente aos agentes, por outro. Se é necessário exigir aos homens e mulheres que respondam a todos estes desafios, é bom que se equacione também as condições de trabalho que

lhes vamos dar, quer para cumprimento da sua missão, quer para os compensar dos especiais deveres e exigências que a sua profissão acarreta.

Ora, ‘Condições Remuneratórias e de Trabalho’, foi precisamente o tema que se seguiu, apresentado por Hugo Dionísio (Advogado e membro do Gabinete de Estudos da CGTP-IN), na qual o orador mostrou como as condições salariais e de trabalho têm de ser pilares da política de valorização da Polícia portuguesa. Baseado num estudo no intervalo de tempo dos anos de 2005 a 2018, apresentou 3 tendências gerais que agravaram o regime remuneratório dos agentes: vencimentos inserirem-se, em transição e cada vez mais, nas políticas salariais da administração Pública; redução de pessoal; aumentos que não acompanham a inflação. Estas três condicionantes levaram a que um agente em início de carreira em 2005 auferisse um vencimento que valia 186,23% do SMN, e um jovem agente em 2020, também em início de carreira, auferia ao fim do mês apenas 127,71% do SMN. Há uma compressão evidente dos vencimentos dos postos mais baixos, mas essa compressão também se verifica nos restantes postos, decrescendo à medida que se sobe na hierarquia...

Até porque, os baixos salários não geraram, como se apregoa, ganhos de competitividade. Esses ganhos obtêm-se com mais qualificação (que é constantemente exigida aos agentes), à qual corresponda um sistema remuneratório justo. Era o segundo orador a concluir o mesmo que os anteriores, desta vez com dados estatísticos incontornáveis. A questão salarial agudiza outras falhas ao nível socioprofissional: as más condições de trabalho; carreiras pouco aliciantes; assistência na doença deficiente e más condições de higiene e segurança no trabalho; envelhecimento do efectivo...

De seguida foi aberto o debate à audiência durante cerca de meia hora, pois a tarde já ia adiantada. A sessão terminou por volta das 17.00. Uma tarde de trabalho que enriqueceu, por extrapolação, a visão que temos sobre este assunto para o meio militar. Por isso temos colaborado tantas vezes com os camaradas da ASPP/ PSP. Por isso, e por muitas outras razões, continuaremos a colaborar.

Luís Bugalhão ▲

50 anos da Revista da Armada

Com o Auditório da Academia de Marinha praticamente cheio, salvaguardando, contudo, as normas de segurança sanitária impostas pela DGS, realizou-se no passado dia 14 de Outubro, a Sessão Solene do 50º Aniversário da “Revista da Armada”.

A “Revista da Armada” (RA) é uma publicação editada mensalmente pela Marinha Portuguesa desde 1971 até aos dias de hoje. Os seus conteúdos focam, sobretudo, temas relacionados com a Marinha Portuguesa, sejam estes de carácter militar (estratégia, missões, exercícios), sobre a vida do dia a dia da instituição, história naval, saúde naval para todos, tendo ainda uma secção dedicada a passatempos (Quarto de Folga) e finalmente notícias relacionadas com o pessoal.

Respondendo ao convite formulado, a ANS fez-se representar nesta tão importante efeméride para a RA, com a presença

de um elemento dos Órgãos Sociais, na circunstância Rui Maricato, Vogal da Direcção, agradecendo o convite e endereçando deste modo ventos de feição na continuação do projecto iniciado em 1971.

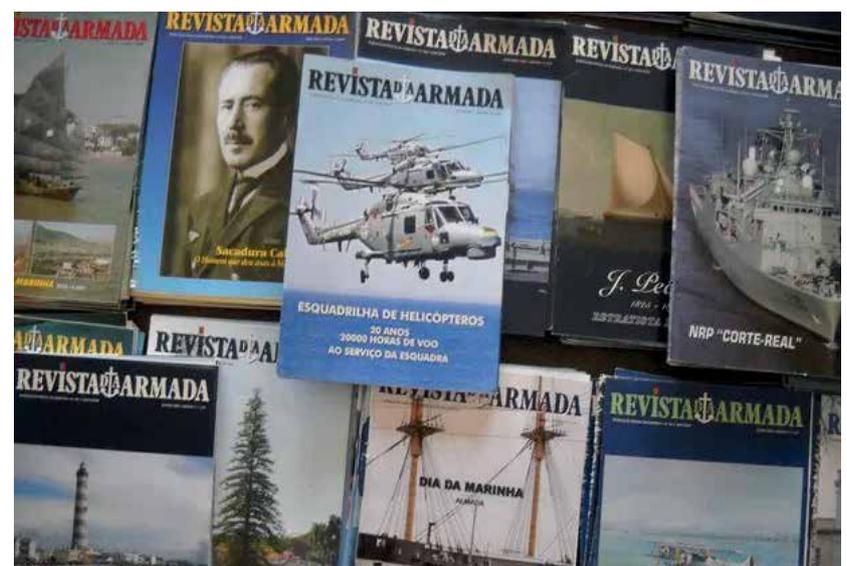
A sessão comemorativa foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Mendes Calado e contou com as alocações proferidas pelos seguintes oradores: CALM Roque Martins, COM Luís Bronze, CFR Semedo dos Santos, terminando com a alocação do CALM Ramos Borges, na qualidade de Director da RA.

Para além de alguns ex-CEMA’s, estiveram presentes diversas entidades e personalidades da vida académica que colaboram e colaboraram com a RA ao longo destes 50 anos, realçando assim a importância deste órgão de informação e divulgação da instituição na dependência da Comissão Cultural de Marinha.

No final da sessão comemorativa foi servido um tradicional “Porto de Honra” nas galerias da Academia de Marinha.

À RA desejamos votos de feição e marçhão.

Rui Maricato ▲





Nota da Direcção da ANS

A ANS, enquanto organização representativa dos direitos socioprofissionais dos Sargentos de Portugal, participa nos eventos ou iniciativas para os quais é convidada, seja de associações congéneres, partidos políticos com assento parlamentar ou outras entidades ou instituições. N'O Sargento é, sempre que possível, dada nota das representações da Associação neste tipo de sessões. É óbvio que não se noticia o que não acontece. Embora pelas ausências também se possa fazer notícia, o facto é que há quem não convide, seja para sessões culturais, seja para outro tipo de iniciativas e até para a presença em congressos, por exemplo. Mas, repete-se, desde que convidada, a ANS responde gentilmente aos convites endereçados por todas e quaisquer forças políticas com assento parlamentar. O mesmo sucede com outras entidades e organizações, de âmbito socioprofissional e/ou sindical, sócio recreativas e culturais. E, o que também é ponto de honra, só por razões de força maior não envia delegações para a representar na resposta a esses convites.

A DIRECÇÃO

FUGA DE CAXIAS FOI HÁ 60 ANOS

O Partido Comunista Português convidou a ANS para estar presente numa sessão comemorativa do 60º aniversário da fuga do Forte de Caxias de oito dos seus militantes presos.

Foi com honra e sentido institucional que a ANS enviou o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Luís Bugalhão, à sessão evocativa do 60º aniversário da fuga de oito membros do PCP do Forte de Caxias.

Vivia-se em ditadura, e a repressão sobre os elementos deste partido, especialmente perseguidos, estava no seu auge. A fuga do Forte-prisão de Caxias, em 4 de Dezembro de 1961, constituiu assim um sinal de que o regime também tinha fragilidades e passou à História como um marco da luta antifascista.

Não só por isso, mas também por ter sido efectuada sob forte vigilância (a fuga de Álvaro Cunhal do Forte de Peniche, em 3 de Janeiro de 1960, tinha trazido mais vigilância, e mais eficaz, em Caxias), por ter utilizado um veículo blindado que fora utilizado para transportar Salazar, pelo exercício de contrainformação organizada que simulou haver um "camarada rachado" para ludibriar os carcereiros, entre outras peripécias, tudo razões para esta ser uma estória muito interessante.



Depois de um momento cultural a cargo do Coro Lopes Graça, Domingos Abrantes, um dos elementos que participou na fuga, iniciou a sessão contando, com vivacidade e emoção na primeira pessoa, como as coisas ocorreram, desde o planeamento, longo, até à fuga debaixo de fogo da GNR. A sessão foi encerrada com uma intervenção de Jerónimo de Sousa, Secretário-geral do PCP.

Luís Bugalhão



AOFA Comemora o 29º Aniversário

No passado dia 27 de Novembro, a AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas comemorou o seu 29º aniversário. Como tem sucedido nos últimos anos, a cerimónia teve lugar nas instalações da Sociedade Recreativa Musical Trafariense, e estiveram presentes inúmeros associados e diversos convidados entre entidades Militares e Cívicas. A ANS esteve representada pelo Presidente da Direcção, Lima Coelho e pelo Tesoureiro, José Pereira.



Dos vários momentos que decorreram durante a cerimónia, foram marcantes as intervenções do Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, CMG António Almeida de Moura e do Presidente do Conselho Nacional, TCOR António Costa Mota, e regista-se ainda a homenagem aos profissionais de saúde, Militares e Cívicas que foram, e continuam a ser decisivos no combate à pandemia, para além da homenagem aos associados que cumpriram 25 anos como sócios e a homenagem aos Oficiais já falecidos.



Após as intervenções e as homenagens teve lugar um agradável momento musical pelo Duo "Margarida Andrade e Vicente Andrade" que animou a plateia com um repertório de música portuguesa de muito boa memória. A cerimónia terminou com o tradicional "Porto de Honra. ▲"





GRADUAÇÕES DESGRADUADAS

Mais um esbulho na condição de aluno militar

A Portaria nº 288/2019, de 3 de Setembro, veio Regular o Regime de Atribuição do Nível 5 de Qualificação aos Cursos de Formação de Sargentos das Forças Armadas (FFAA) e da GNR, revogando as Portarias nº 60/2014, de 10 de Março e Portaria nº 8/2013, de 10 de Janeiro, que aprovavam o Regulamento Escolar dos Cursos de Formação de Sargentos (CFS) e dos Estágios Técnico-Militares (ETM), que habilitavam ao ingresso nos quadros especiais de Sargentos, respectivamente, do Quadro Permanente (QP) do Exército e da Força Aérea e a Portaria nº 417/2002, de 19 de Abril, que visava estabelecer as condições especiais de admissão para o ingresso nos quadros permanentes na categoria de Sargento das classes de eletrotécnicos e de maquinistas navais da Marinha.



Tendo por objecto a Regulamentação Escolar dos Cursos, incorporavam, entre outras disposições, o regime referente à graduação dos alunos dos CFS e ETM, no posto de FUR ou 2SAR, respectivamente, conforme artigo 32º da Portaria nº 60/2014, referente ao Exército e no artigo 33º da Portaria 8/2013, referente à Força Aérea.

A Portaria nº 417/2002, de 19 de Abril, era omissa, no que à Marinha, sobre essa matéria, dizia respeito, apenas estabelecendo as condições especiais de admissão para o ingresso nos QP nas classes ali mencionadas.

Tendo estas Portarias sido revogadas pela Portaria nº 288/2019, as normas que previam a graduação dos alunos dos CFS e ETM Sargentos, nos postos referidos, deixou de existir.

Atento o artigo 21º desta Portaria nº 288/2019, com a epígrafe “Regime subsidiário” ficamos a saber que “sem prejuízo da legislação aplicável, os casos omissos e as dúvidas de interpretação são resolvidos pelo Director da UPM, ouvido o órgão legalmente competente.”.

Ora, tudo indica que o legislador, ao revogar as normas que previam a graduação dos alunos do CFS e do ETM Sargentos, do Exército e da Força Aérea, e ao ter produzido este novo Regulamento, deixou à responsabilidade do director da UPM a elaboração do Regulamento Interno desta.

O Despacho nº 2084/2020, de 13 de Fevereiro, do Ministro da Defesa, veio homologar o Regulamento Interno da Unidade Politécnica Militar, que não faz qualquer referência à graduação dos alunos



2º Sargento



Furriel



2º Sargento



Furriel

nos postos, respectivamente de Furriel ou Segundo-Sargento.

No entanto, o EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei nº 90/2015, prevê, no nº 1 do artigo 73º que, “O militar pode ser graduado em posto superior, com carácter excepcional e temporário:” para especificar, na alínea b) que, “Na frequência de ciclos de estudos que constituam habilitação de ingresso na respectiva categoria ou quadro especial, de acordo com as condições reguladas por diploma próprio;”, que é, actualmente, o Regulamento Interno da Unidade Politécnica Militar.

E, salvo melhor opinião, o “pode”, não configura uma possibilidade, mas sim um consentimento, uma autorização, para que, nessa situação excepcional, o militar seja graduado. É isto que o artigo 73º do EMFAR estatui.

Temos, pois, um caso omissio.

E temos um caso omissio, perpetrado por um diploma hierarquicamente inferior, em total desrespeito, por uma das características próprias da sociedade militar, a hierarquia.

Temos um caso omissio, aprovado por um militar, o Director da UPM, e homologado pelo Ministro da Defesa, em violação do disposto por norma hierarquicamente superior.

Quanto aos alunos da GNR, o problema não se coloca, uma vez que o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana (EMGNR), aprovado pelo

Decreto-Lei nº 265/93, de 31 de Julho, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 216/2006 de 30 de Outubro, prevê, no nº 2 do seu artigo 24º que “O posto de Furriel destina-se, exclusivamente, a graduar os militares da Guarda aprovados na primeira parte do curso de formação de Sargentos, nas condições expressas neste Estatuto.”.



Temos um caso omissio que requer rápida resolução, não só porque desvirtua o ensino politécnico militar, como principalmente, prejudica financeiramente os militares das FFAA, em detrimento dos militares da GNR, em condições iguais.

Se o Regulamento Interno da Unidade Politécnica Militar, visa regular os CFS e ETM dos militares das FFAA e da GNR, então, também tem de regular, de forma igual, todas as situações relativas à frequência dos cursos de formação que ministra.

J. L. Silva ▲

Tomada de Posse dos novos Dirigentes da ADFA



Decorreu no passado dia 14 de Outubro a Cerimónia de Tomada de Posse dos novos órgãos sociais da Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA), na sua sede nacional, em Lisboa, tendo a ANS estado representada por Nélson Bento, Secretário da Direcção.

Para quem nunca tenha estado nas instalações da sede nacional da ADFA, a pri-

meira coisa que salta à vista é a sua dimensão, sendo muito maior do que certamente muita gente poderia pensar, porém, em linha com os inúmeros serviços e apoios ali prestados.

O Auditório Jorge Maurício estava cheio de associados e convidados institucionais e, entre os muitos convidados, destacava-se o antigo Presidente da República,

General Ramalho Eanes.

Na Mesa estiveram a Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes (SERHAC), Catarina Sarmento e Castro, o TGen Joaquim Almeida em representação do CEMGFA, o deputado António Filipe (PCP), o deputado Diogo Leão (PS), e os Presidentes eleitos da Mesa da Assembleia Geral, Joaquim Mano Póvoas, da Direcção Nacional, Nuno Santa Clara Gomes e do Conselho Fiscal, António Neves.

Foi bastante interessante o discurso do novo Presidente da Direcção Nacional, deixando claro que poderá haver muita gente que gostaria que, por via do tempo e da idade da maioria dos associados, os maiores problemas existentes, alguns com mais de 50 anos sem serem resolvidos, sejam esquecidos. Não acontecerá! O seu discurso

deixou bem claro que tal não acontecerá!

A intervenção da SERHAC, em representação do governo, foi bonita de ouvir, contudo, temos na memória que já muitos responsáveis políticos, no passado, fizeram bonitos discursos sem que, no entanto, os verdadeiros problemas dos associados da ADFA tenham sido resolvidos. Esperemos que o futuro próximo demonstre que agora foi diferente e que as palavras bonitas são posteriormente acompanhadas de actos concretos e medidas resolutivas.

A cerimónia terminou com o tradicional “Porto de Honra” (ou como diria o novo presidente da ADFA, um “Madeira de Honra”, dado ser natural da Ilha da Madeira) servido no restaurante da ADFA.

Nélson Bento ▲



Cerimónia do “DIA DO EXÉRCITO”

No passado dia 24 de Outubro realizaram-se na cidade de Aveiro as cerimónias comemorativas do Dia do Exército Português.



Fotografia retirada da página do Exército

Esta cerimónia foi presidida pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN) João Gomes Cravinho, acompanhado pelo Chefe de Estado Maior do Exército (CEME), General Nunes da Fonseca, pelo Presidente da Câmara de Aveiro, Ribau Esteves, pelo Presidente da Comissão de Defesa Nacional, Marcos Perestrello, entre outras entidades civis e militares. A Associação Nacional de Sargentos (ANS) fez-se representar por Francisco Leite Silva, Vogal da Direcção.



Fotografia retirada da página do Exército

A cerimónia militar teve lugar num belíssimo cenário, junto ao canal central da chamada “Veneza de Portugal” e ao centro de congressos de Aveiro. Um esplendoroso dia de sol. Todas as condições reunidas para que tudo corresse bem!

E assim seria, não fosse a polémica instalada com uma suposta proibição feita às forças Paraquedistas para que não entoassem o usual cântico “Pátria Mãe”, durante o desfile.



Fotografia retirada da página do Exército

Tal facto levou a que um grande número de ex-militares (Paraquedistas e não só) se concentrassem junto das tribunas, e que de forma bastante ruidosa, com vaias e assobios constantes e também com o entoar de vários cânticos do seu cancionário, mostrassem o seu enorme desagrado pela controversa decisão, quer ao MDN quer ao General CEME.

Após o final da cerimónia, o representante da ANS teve oportunidade de apresentar cumprimentos ao General CEME em nome da Associação e do seu Presidente e agradecer pessoalmente o convite.

Francisco Silva ▲

Cerimónias em Belém

CELEBRAÇÃO DO 103.º ANIVERSÁRIO DO ARMISTÍCIO
CELEBRAÇÃO DO 100.º ANIVERSÁRIO DA LIGA DOS COMBATENTES
CELEBRAÇÃO DO 47.º ANIVERSÁRIO DO FIM DA GUERRA COLONIAL

Decorreu, na manhã do passado dia 11 de Novembro, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, no Forte do Bom Sucesso, em Belém, Lisboa, as comemorações do 103.º aniversário da Armistício, do 100.º aniversário da fundação da Liga dos Combatentes e do 47.º aniversário sobre o fim da Guerra Colonial.

A cerimónia foi presidida pelo CEMGFA, Almirante Silva Ribeiro, e contou com a presença da Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Catarina Sarmento e Castro. A Associação Nacional de Sargentos fez-se representar nos eventos por João Ludovice da Silva, Secretário da Direcção.

Foram prestadas Honras Militares, com salva de tiros, disparados de um navio da Marinha, fundeado no Tejo, tendo-se seguido uma alocução pelo TGen Alfredo Cruz, sobre o papel da Força Aérea na Guerra Colonial.

As Cerimónias prosseguiram com o discurso do Presidente da Liga dos Combatentes, TGen Chito Rodrigues, ao qual se seguiu a imposição de condecorações a Militares e a membros da Liga e com o agradecimento da Liga dos Combatentes pelo Observatório Internacional de Direitos Humanos.

Após o desfile das forças em parada, foi prestada homenagem aos militares mortos em combate e depostas coroas de flores junto ao Monumento aos Combatentes, acto que foi sobrevoado por dois F16 da Força Aérea.

A Cerimónia terminou com o Hino da Liga dos Combatentes, cantado pelo tenor Carlos Guilherme, a que se seguiu uma visita às insta-

lações da Guarda de Honra ao Monumento, a inauguração da Exposição da Força Aérea “Memórias de Combate” e o lançamento do livro “Angola 92 – Memórias de um Capitão”, pelo COR da Força Aérea, Paulo Gonçalves, referente à sua participação na missão de paz da ONU, naquele território africano.

Após o almoço, decorreu um Simpósio, apresentado pelo MGEN Ricardo Cubas e moderado pelo TGen Alfredo Cruz, subordinado ao tema “Memórias de Combate” da Força Aérea, tendo os intervenientes, GEN Aurélio Corbal - Angola, TGen Vizela Cardoso - Moçambique, COR Orlando Amaral - Guiné, MGEN Heitor Almendra, MGEN Ferreira Pinto e COR Mira Vaz (Paraquedistas), descrito de forma sumária a sua participação e a da Força Aérea, naqueles teatros de operações.

J. L. Silva ▲



Imagem do desfile das forças em parada, em frente à Tribuna, com a presença dos vários convidados, podendo ver-se, à esquerda, na primeira fila, o representante da ANS

ACR convida ANS 100º aniversário de Vasco Gonçalves



No passado 18NOV21, a convite da ACR - Associação Conquististas da Revolução, a ANS esteve presente numa reunião na Casa do Alentejo, em Lisboa, realizada no âmbito das comemorações do 100.º aniversário do nascimento do General Vasco Gonçalves.



Representada por Luís Bugalhão, Presidente da Assembleia Geral, a ANS assistiu ao balanço das actividades desenvolvidas respeitantes ao Centenário e foi informada da decisão tomada em Julho passado, pela Direcção da ACR, de dar início imediato à recolha de toda a informação relativa às comemorações (intervenções, fotos, vídeos, artigos de imprensa, etc.) com vista à criação e edição duma colectânea dedicada às comemorações.

Foi também apresentado publicamente o ambicioso projecto de construção de um monumento de homenagem ao 25 de Abril, à Revolução de Abril e à figura ímpar do General Vasco Gonçalves, cuja concepção e coordenação da

construção está já assumida pelo Arquitecto Álvaro Siza Vieira. Para o efeito, as associações e colectividades da Comissão de Honra do Centenário deverão organizar-se numa Comissão Promotora, que orientará e promoverá as acções tidas por necessárias para a concretização desse projecto.

A ANS, tendo os valores do 25 de Abril como referência, deseja o maior êxito na prossecução das comemorações do Centenário do General Vasco Gonçalves, bem como na concretização do projecto de construção do monumento em sua homenagem.

Luís Bugalhão ▲



ACR Promove Sessões No centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves



Vasco Gonçalves, nas comemorações dos 30 anos do 25 de Abril, em 2004

A Associação Conquistas da Revolução (ACR), que tem por objectivo preservar, divulgar e promover o apoio dos cidadãos aos valores e ideais da Revolução, iniciada em 25 de abril de 1974, cultivando o espírito revolucionário e a consciência social progressista, realizou no decorrer deste ano várias sessões evocativas inseridas nas comemorações do centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves.

A ANS, representada pelo Vogal da Direcção, Hélder Costa, teve a honra e o privilégio de poder estar presente na sessão que ocorreu no passado dia 27 de Novembro de 2021, em Viana do Castelo, organizada e promovida pelo núcleo da ACR dessa cidade.

O General Vasco Gonçalves (1921-2005), militar e político português, entrou para a carreira militar como engenheiro, tendo desempenhado também o cargo de

professor na Escola do Exército. Em 1959 fica ligado à chamada “Conspiração da Sé”, projecto de golpe militar contra o governo de Salazar. Combateu durante a Guerra Colonial, onde ganhou consciência do sacrifício de homens e de capitais contra um conflito que considerou inútil. Por este motivo aderiu, com o posto de Coronel, ao Movimento dos Capitães, em Dezembro de 1973, numa reunião alargada da sua comissão coordenadora efectuada na Costa da Caparica.

Na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, foi um dos coordenadores do Movimento das Forças Armadas, tendo integrado a Comissão de Redacção do Programa do Movimento das Forças Armadas.

A 18 de Julho de 1974 é empossado pelo presidente da Junta de Salvação Nacional (JSN), General António Spínola, no cargo de Primeiro-ministro do II Governo

Provisório, constituído por representantes do Partido Socialista (PS), Partido Popular Democrata (PPD), Partido Comunista Português (PCP) e independentes.

Foi ainda nomeado como Primeiro-ministro nos terceiro, quarto e quinto governos provisórios. No exercício daquele cargo foi um dos principais promotores para profundas alterações sociais e económicas em Portugal, incluindo, entre outras, o salário mínimo, os subsídios de férias e desemprego e a licença de parto.

Em 1976 foi passado à situação de reserva compulsiva, vindo a falecer em 11 de Junho de 2005, aos 84 anos.

Hélder Costa ▲

BATER NO FUNDO... OUTRA VEZ!

A instituição militar funciona de uma forma hierárquica. Os Oficiais, Sargentos e os Praças têm bem definidos e regulados as suas funções em vários diplomas e regulamentos. A importância da definição destas funções é fulcral para o funcionamento da mesma. Deste modo a definição da tarefa, da missão, assim como o seu planeamento compete aos Oficiais, a implementação e o cumprimento das mesmas e a sua supervisão compete aos Sargentos e a execução é posta em prática pelos Praças. Isto é uma forma genérica e simplista de colocar as tarefas de cada uma das categorias. Sempre foi assim e sempre assim será. Muitos perguntam porque é que tem que ser assim. Tem que ser assim pois em termos operacionais (a razão de ser das Forças Armadas) não pode haver espaço para dúvidas, porque da rápida execução das ordens pode sair o resultado entre a vida e a morte.

Assim, de uma forma geral, aquilo que deveria acontecer seria, em tempo de paz, os militares dedicarem-se à formação e ao treino operacional, preparando-se para os piores cenários, desde apoio às populações em caso de catástrofes ou, em última análise, para um cenário de guerra. E é nesta premissa que assenta a Instituição Militar (IM). É desta forma que cumpre a missão.

Desde o final do Serviço Militar Obri-

gatório (SMO) a IM passa a ter nas suas fileiras apenas voluntários. A sociedade portuguesa assim o exigia. Passou a ir para a tropa só quem queria. Ora, isto seria uma grande medida se a “profissão militar” fosse algo que atraísse os jovens, quer pelo seu prestígio, quer ao nível do vencimento. No entanto todos estes anos passados mostraram precisamente o oposto. Os militares cada vez mais, ganham menos, existem cada vez menos exercícios e treinos, obrigando a uma maior permanência dos militares nos quartéis e, por fim, a uma constante degradação das condições de trabalho e dos próprios meios materiais. Fruto destas situações, a atractividade para servir é cada vez menor. Deste modo vemos a chegada de jovens que, por não conseguirem ingressar noutras profissões, entram para as Forças Armadas como a última opção. Esta situação é transversal às três categorias.

Para além deste aspecto, somos confrontados com a falta de investimento nos meios e nas condições de habitabilidade dos quartéis. Ninguém está à espera que se invista ao nível do que sucede nos EUA. Seria utópico. Mas espera-se investimento que, no mínimo permita o cumprimento da missão. Ouve-se a população dizer que a tropa tem muitas regalias, muitos meios, que podem ajudar sempre que é preciso e,

por isso, não é preciso mais para a tropa. Este pensamento deve acabar! De uma vez por todas a população portuguesa deve ter conhecimento dos poucos e obsoletos meios que as Forças Armadas têm ao seu dispor. Devem rever o conceito das ditas regalias dos militares e perceberem que estes, para além da falta das ditas regalias, não têm quem os defenda, para além do que se espera dos seus chefes. O problema é que estes chefes são lá colocados pelos mesmos que lhes negam a revisão salarial, e a atribuição de mais e melhores meios.

Até a forma de avaliar os militares mudou para um sistema que, alegadamente, privilegia o chamado “mérito” em detrimento da antiguidade. Assim, é garantido que aqueles que chamam a atenção, aqueles que não concordam com decisões erradas, não tenham hipóteses de chegarem a posições de comando. Assim, aqueles a quem é atribuído o cumprimento das missões, sem os meios, sem homens e com vencimentos indecentes não sintam vontade de se fazer ouvir. E das poucas vezes que poderão pôr em prática o chamado produto operacional seja sem brilho e sem qualquer tipo de risco.

Os tempos que se avizinham são duvidosos. Por um lado, a conjuntura mundial irá obrigar as forças armadas do Mundo inteiro a uma redobrada atenção e empe-

nho em virtude das ameaças que pairam no ar. Por outro, a falta de meios e, mais importante, a falta de recursos humanos e materiais, quer em quantidade quer em qualidade, irão obrigar a um esforço redobrado para o cumprimento das missões. Mais uma vez, os militares portugueses irão passar por isto. Este trabalho tem sido repetitivo ao longo dos últimos tempos. Mas mais uma vez, tal como aconteceu na participação da I Guerra Mundial, no início da Guerra Colonial os militares portugueses mostraram que estavam à altura, mesmo mal equipados.

Desde o início da pandemia do Covid 19, os países da Europa não tiveram dúvidas em atribuir aos seus militares o controlo das operações. Em Portugal isto só se aconteceu porque não havia outra alternativa.

O futuro que se avizinha não é risonho. Urge prepará-lo. Alertar a população para os tempos que estão para chegar. Às Forças Armadas irá caber um papel fundamental neste processo. De uma vez por todas é necessário mostrar que estas, tendo os meios e as condições, asseguram que as missões serão cumpridas. Porque homens e mulheres motivados são capazes de qualquer desafio. Porque ser militar português é isto, com pouco fazer muito. Para servir Portugal. Sempre!

Autor devidamente identificado ▲



ANS INICIA ACTIVIDADES NA NOVA SEDE



A pandemia com que o mundo se confronta inviabilizou os projectos que a ANS tinha para o acto inaugural do novo espaço sede. Contudo, a vida não pára e, como tal, os dirigentes da ANS entenderam marcar de forma simbólica, mas com significado, o início de actividades naquele novo espaço.



Assim, na tarde do dia 6 de Novembro, um Sábado, cumprindo as normas de higiene e segurança necessárias faça ao clima pandémico que continuamos a enfrentar, estiveram presentes inúmeros convidados, dirigentes, associados e familiares na Rua Leopoldo de Almeida, nº 5-B, no Lumiar, naquele acto singelo, mas de grande valor e significado para a Associação Nacional de Sargentos, seus dirigentes e massa associativa.

Convidados institucionais, numa demonstração de amizade, camaradagem, solidariedade, reconhecimento, respeito, usaram da palavra e/ou fizeram ofertas de lembranças.



SMOR Jorge Sousa
- GabCEMFA



SMOR Vitor Costa
- GabCEMGFA



Cmte Marques Pinto – ACR



COR Santa Clara Gomes - ADFA



1SAR José Fernandes – CSA



Paulo Santos – ASPP/PSP



CFR Rodrigues Marques – AOFA



CMOR Paulo Amaral - AP

Este acto, simbólico, porém carregado de significado, não apenas para a ANS, seus dirigentes e massa associativa, mas também para os Sargentos de Portugal, “abre as portas” de um espaço com melhores condições para prosseguir na luta pela Dignidade que Temos e pelo Respeito que Exigimos!

Um dos convidados, o Dr. António Bernardo Colaço, Juiz Jubilado, fez uma intervenção que, pela importância e objectividade, reproduzimos na íntegra. ▲



Dr. António Bernardo Colaço

SAUDAÇÃO

Exmo. Senhor Presidente da ANS, Ilustres Convidados, Senhoras e Senhores,

Agradeço a solicitação feita para estar presente na inauguração da Nova Sede da ANS. Inaugurar uma nova sede, é sinal de actualidade, rejuvenescimento e vitalidade quanto mais não seja por o Presidente da ANS pertencer, presentemente, ao Executivo da EUROMIL (Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares).

Parabéns - Sargentos de Portugal.

Estou aqui, como um velho amigo que há uns 30 anos, recorda o 1º Encontro Nacional dos Sargentos em Sacavém. Estava lá como representante do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Muitos poderão indagar o que faz aqui nesta inauguração um Magistrado (por sinal, um Juiz-Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça - jubilado). Responderei na mesma linha de pensamento que sempre defendi, ou seja, de que a Condição Militar é uma questão nacional; diz respeito a todos nós e não apenas aos militares. Os profissionais das Forças Armadas, estando afectos à defesa militar da República, pugnam em simultâneo pela liberdade e segurança da população nacional. Os nossos militares são, pois, na sua essência, cidadãos portugueses em uniforme.

Enquanto magistrado, defensor de direitos humanos e militante pelo alinhamento da vida social em conformidade com a Constituição, não posso nem devo estar alheio ao vínculo valorativo da condição militar numa dupla dimensão pessoal: a de cidadão e a de profissional das Forças Armadas.

Por isso, sem interferir na orgânica estrutural, na dinâmica e funcionamento da nossa prestigiada Instituição Militar, a sociedade civil não pode alhear-se das condições materiais em que vivem e trabalham os nossos militares, a quem afinal confia a sua existência e liberdade.

Eis porque o 1º Encontro Ibérico, realizado pela Universidade de Évora a 19 de Julho de 2019, no qual tive a honra de participar, rematou as conclusões entendendo que “Os cidadãos em uniforme devem conhecer da política o mesmo que qualquer outro cidadão da sociedade em que estão inseridos”.

Esta questão assume particular importância numa altura em que se discute ao nível da Europa, protagonizado pela EUROMIL, a EuroCOP e a EPSU, o dimensionamento a atribuir ao Diálogo Social, à Contratação Colectiva e ao Sindicalismo Militar no seio das Forças Armadas da União Europeia. São instrumentos laborais que organismos internacionais como o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e o Comité Europeu dos Direitos Sociais reconhecem às Forças Armadas.

Foram as 3 Associações Profissionais de Militares quem tomaram a iniciativa de incluir o termo “sindicatos” na designação da EUROMIL. Isto significa que o associativismo profissional, tal como consentido pelo Poder, já ultrapassou o seu prazo de validade. As razões desta afirmação estão contidas na intervenção que tive em Évora e que aqui dou por reproduzida.

A confirmar isto, o último número de “O Sargento” dá conta dos problemas que continuam a arrastar e a afligir a classe dos Sargentos.

Se assim é, cabe, neste particular dia, assegurar à ANS o apoio que bem merece na sua luta pelo direito representativo que a Constituição reconhece aos militares portugueses – a começar pelo direito à contratação colectiva.

António Bernardo Colaço



ANS TRABALHA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

REGIME REMUNERATÓRIO DOS MILITARES CARECE DE ACTUALIZAÇÃO, JUSTIÇA E EQUIDADE

Depois de ter sido entregue ao Presidente da Assembleia da República (AR), no passado dia 14 de Junho de 2021, uma petição com 7720 (sete mil, setecentas e vinte) assinaturas, promovida pelas Associações Profissionais de Militares (APM), apelando à revisão e alteração do Regime Remuneratório dos Militares, que se encontra a aguardar agendamento para discussão, e uma vez que a proposta de orçamento de Estado para 2022 foi chumbada, levando a que o Presidente da República tenha dissolvido o Parlamento e convocado eleições legislativas, importa que a Associação Nacional de Sargentos (ANS) prepare uma proposta sobre o que considera ser justo em termos da revisão e alteração não apenas da própria tabela remuneratória, mas também de inúmeros aspectos relacionadas com o Regime Remuneratório dos Militares.

Este trabalho deverá ser entregue aos grupos parlamentares constituídos após as próximas eleições e ao governo que vier a ser empossado, de modo a que possa ser discutida e, havendo vontade política dos deputados da Nação, ser incluída na proposta de Orçamento de Estado para 2022. Naturalmente, também será entregue às chefias militares e a outras entidades e/ou instituições que se considere ser pertinente a entrega.

A necessária, urgente e da mais elementar justiça, revisão e alteração do desigual, injusto, classista e obsoleto Regime Remuneratório dos Militares, foi até referenciada pelo Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas como sendo uma necessidade, na altura em que promulgou o desbloqueamento da tabela remuneratória para os juízes.

Esta revisão e alteração insere-se nos objectivos que, desde há muito, a ANS defende e agora reitera, que passam pela necessidade de criar um conjunto de três carreiras paralelas (Oficiais, Sargentos e Praças) distintas, autónomas, com quadros funcionais claramente definidos e que devem evoluir em áreas complementares da actividade militar e intersectar-se em vencimentos, autoridade e responsabilidade.



Para além da Tabela em si, importa tratar de alguns dos outros aspectos relacionados com o Regime Remuneratório dos Militares, particularmente no que aos Sargentos concerne, que de entre vários referimos apenas alguns:

- Conferir o direito à remuneração no Posto, desde a data da antiguidade expressa no respectivo Despacho de promoção (data de abertura da vaga);
- Criação de um Suplemento da Condição Militar

(SCM) de valor fixo, igual para todos os militares, indexando-o a um mesmo posto, posição e nível remuneratórios, e com actualização anual, na percentagem aplicável aos vencimentos e pensões;

- Revisão da legislação relativa aos suplementos remuneratórios por risco, penosidade e insalubridade, no sentido de actualizar os respectivos valores;
- Uniformização da aplicação do abono de remuneração por desempenho de funções de posto superior;
- Acabar com a situação discriminatória criada pelo disposto no Anexo III do mesmo Decreto-Lei, que implementa o eufemisticamente chamado Suplemento de Despesas de Representação.

O que a ANS continua a defender é a valorização dos níveis e posições remuneratórias aplicados aos Sargentos, tendo como base o conteúdo do desempenho funcional dos vários postos dos Sargentos na sua relação hierárquica com os Oficiais.



Não pode mais ser aceitável que um militar Sargento tenha como progressão, entre o primeiro nível remuneratório (NR) do posto de Segundo-Sargento (16) e o último do posto de Sargento-Ajudante (25), nove níveis de progressão. Em muitos dos casos é o percurso de toda a sua vida militar. Um Coronel progride, só nesse posto, (48 a 57) também nove níveis remuneratórios. Os mesmos nove níveis de progressão, mas com valores de remuneração completamente diferentes!

Não pode mais ser aceitável que toda a carreira de um Sargento do Quadro Permanente (QP) se desenvolva em 16 níveis remuneratórios (entre o NR16 e o NR32), enquanto a carreira de Oficial, entre Alferes e Coronel (já pondo de fora os Oficiais Gerais) se desenvolva em 39 níveis remuneratórios (entre o NR18 e o NR57), mais do dobro daquilo que é toda a carreira de um Sargento que tenha a possibilidade de chegar ao posto e segundo NR de Sargento-Mor.

Não pode mais ser aceitável que a um jovem que se procura cativar para servir como Sargento das Forças Armadas, com todas as exigências e responsabilidades inerentes a essa condição, se considere pouco mais que o Rendimento Mensal Mínimo Garantido (RMMG) e se atribua o NR7.

Se se pretende, de facto, desenvolver a atractividade pelas Forças Armadas e assegurar o recrutamento e a retenção, é importante dar as condições para que, aqueles que servem há já muitos anos vejam o reconhecimento material devido e possam ser o testemunho vivo para que, também os jovens, percebam que tem sentido servir como Sargento nas Forças Armadas Portuguesas.

Naturalmente que a proposta de alteração terá de ser acompanhada pela implementação de outras propostas, também já avançadas pela ANS, que implicam necessariamente alterações ao EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas), cuja alteração introduzida pela Lei nº 10/2018 de 3 de Março, sendo de extrema importância, ficou incompleta.

É necessário que a promoção de Segundo-Sargento a Primeiro-Sargento (a primeira da carreira dos militares no Quadro Permanente) volte a ser por Diuturnidade.

Da mesma forma que a promoção de Primeiro-Sargento a Sargento-Ajudante volte a ser por Antiguidade.

Factor igualmente importante e fundamental para que esta proposta de revisão e alteração ao regime remuneratório aplicável aos Sargentos faça sentido, assenta num aspecto que a ANS também defende, desde há muito, que o tempo máximo de permanência no mesmo posto, para todos os militares, seja de onze anos, ao fim dos quais o militar deve ser promovido ao posto seguinte (ainda que possa ter de ficar numa situação de supranumerário), devendo os Quadros Orgânicos serem dimensionados de acordo com estas condicionantes e normas a instituir.

Em suma, impõe-se tornar atractiva a carreira e isso implica a revisão geral dos perfis de carreira que articule remuneração, desempenho de cargos e funções e tempo máximo de permanência nos postos. ▲





Roubo...à mão desarmada!

Num comunicado nacional publicado em meados de Novembro, a ANS afirmava: “*Estamos a um mês e meio do final do ano e, até ao momento, promoções, nem vê-las!*”

Quando se aproxima inexoravelmente o final do ano, a situação torna-se revoltante! A injustiça assume dimensões preocupantes! Cria-se terreno propício para a difusão de boatos!

Os militares que esperavam as suas promoções ao longo deste ano de 2021, correm o risco de ver essas promoções serem efectivadas apenas em 2022, sem direito a qualquer retroactividade. Por outro lado, recordamos que um militar que tenha ingressado voluntariamente no serviço militar com 17 ou 18 anos de idade, e que por força da alteração à lei, só possa transitar para a situação de Reserva, aos 55 anos, vai proceder a descontos para a Caixa Geral de Aposentações durante mais anos do que os 36 anos de que vai usufruir para a sua pensão de Reforma.

Também os militares que deveriam ter sido promovidos ao longo deste ano de 2021, e que desejavam transitar para a situação de Reserva, mas apenas vejam essas promoções publicadas em 2022, correm o risco de perder o direito ao subsídio por cessação de funções, completo. Por outro lado, a vaga gerada já não contará para possíveis promoções em 2021.

Lucro para o Estado e um verdadeiro esbulho para os militares e suas famílias, com reflexos negativos para o resto das suas vidas!

Contrariamente ao que poderiam ter planeado para as suas vidas, não transitando para a situação de Reserva em 2021, por ficarem a aguardar a promoção, são efectivos dos mais experientes que se vão mantendo nas fileiras, correndo atrás de uma promessa que tarda em chegar, cada vez mais desiludidos e desmotivados.

Importa referir que há militares alta-

mente penalizados por má gestão e planeamento dos Ramos, que tendo vaga em 2020, ficaram sem a promoção por (imagine-se) “*não haver plafond!*” Que belo exemplo da (in)competência (ou falta de vontade) na gestão de recursos humanos! Ou seja, há ainda militares com vaga para promoção desde 2020, contudo, a maioria situa-se ao longo deste ano de 2021, alguns mesmo desde o dia 01 de Janeiro!

À Direcção do jornal “O Sargento” chegou, entretanto, a informação (e imagens) de que teriam sido colocados uns panos junto do ministério da Defesa Nacional/EMGFA, do EME, do EMFA, do EMA e da presidência da República.



Entretanto, à hora do fecho desta edição de “O Sargento”, foi publicado o despacho ministerial que aprova as promoções nas Forças Armadas. Muitas poderão não ter tempo útil para ser ainda em 2021. Com este escandaloso atraso nas promoções, geram-se prejuízos materiais, funcionais e motivacionais aos militares e suas famílias.

Para além de um regime remuneratório injusto, obsoleto e elitista, para além da obrigatoriedade de descontar (14 vezes em cada ano de 12 meses) para uma assistência na doença que não cumpre o que está plasmado na Lei de Bases Gerais da Condição Militar (Lei 11/89 de 1 de Junho) nem cumpre o que prevê a própria

Constituição da República, para além da sujeição a regulamentos disciplinares e de avaliação que ferem o necessário espírito de corpo, pondo em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas, para além de muitas outras situações perniciosas para uma instituição com as características da Instituição Militar, os Militares são confrontados com este esbulho, que se configura como um verdadeiro roubo, pelos prejuízos, para toda a vida, que lhes estão associados!

Em vez de tratar de resolver estas questões urgentes, o ministro da Defesa Nacional, numa manobra de diversão, tão ao gosto de alguns estrategas políti-

cos e militares, mandou a Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes a França, para estudar a criação de uma “*entidade de avaliação da condição militar em Portugal!*”, organismo que teria como objectivo recolher e analisar dados para habilitar os decisores políticos na definição de estratégias e soluções que procurem responder às necessidades dos militares e das Forças Armadas.

Com legitimidade e propriedade, pergunta-se: para quê?! Melhor andariam os responsáveis políticos e militares se se preocupassem em cumprir a lei! Ouvindo, consultando e integrando as associações profissionais de militares



nos trabalhos que são também da sua competência específica! Não é preciso inventar a roda! Os mecanismos já existem e estão legalmente estabelecidos!

Se, no entanto, no que à Condição Militar diz respeito, se constata a incapacidade do modelo actualmente vigente de satisfazer as necessidades de equidade e dignificação efectiva das Forças Armadas e dos Militares, então impõe-se a evolução do modelo de diálogo social dos Militares para algo como o que existe em muitos outros países europeus, muitas vezes usados como referência, mas que, para estes objectivos, não seja a França tomada como referência!

Por outro lado, não resolver o problema, usando o argumento de que o governo está em fim de ciclo, não serve de desculpa para este roubo descarado aos Militares e suas famílias! O ministro da Defesa Nacional e as chefias militares devem e podem fazer muito mais e melhor, e sabem-no! Basta, para tanto, cumprir a lei!

O ministro da Defesa tem conhecimento desta urgência porque tem sido por inúmeras vias questionado sobre a matéria. Contudo, assobia para o lado, numa atitude de faz de conta que está tudo bem!

Os Sargentos terão de o avisar que sabem que não está tudo bem e que estão atentos. A sua associação representativa de classe usará de todos os mecanismos ao dispor para continuar a exigir o respeito pela dignidade que têm e que querem continuar a ter, porque lhes é devida, na nobre missão de servir Portugal e os Portugueses! ▲

“O Gastrónomo de Benavente”

Livro da autoria de David' Pereira, apresentado na Delegação nº 1 do Clube do Sargento da Armada, no Feijó

No passado dia 21 de Novembro, no Salão Nobre da Delegação nº 1 do Clube do Sargento da Armada, no Feijó - bem composto, numa matiné viva, de cultura e solidariedade - decorreu a apresentação do livro “*O Gastrónomo de Benavente!*”, da autoria de David' Pereira.

A apresentação feita por Lima Coelho, a convite do autor, revelou uma obra muito interessante (edição de autor), em



que se relatam inúmeras lutas e dificuldades sentidas e vividas pelos trabalhadores rurais em meados do Século XX, entre as quais a luta pelas oito horas de trabalho, a luta pelo fim das praças de jorna e onde, em cada um dos seus 20 capítulos se conjuga, com propósito, uma receita típica daquela região ribatejana, dizendo o autor que pretendeu dar umas pinceladas, reveladoras do ambiente e cultura da sua Terra e das suas Gentes, dos pratos e sabores com que foram criados. É ainda uma obra que revela o papel de grande importância desempenhado pelas mulheres, numa época em que os seus direitos eram praticamente inexistentes.

É um livro que se aconselha vivamente, que se lê de uma assentada, de um só fole-



go, e que não é, de forma alguma, apenas um livro de receitas! Como curiosidade, importa referir que a ilustração da capa é uma aguarela feita pelo próprio autor.

O autor, Domingos Manuel Marques David' Pereira, antigo dirigente da ANS, Sargento-Mor da Marinha na situação de Reforma, é um homem multifacetado, de grande dinamismo e intervenção cívica,

participando activamente em inúmeros movimentos e iniciativas de defesa dos direitos de cidadania.

Aguarda-se, com expectativa, o lançamento de uma possível seqüela desta obra ou de outras obras de sua autoria. ▲





QUE FAREMOS COM ESTA TROPA?*

*(este título é inspirado no título do livro de José Saramago, "Que farei com este livro")

Que faremos com esta tropa, é uma pergunta que muitos de nós, Profissionais e Contratados, a servir Portugal, servindo nas Forças Armadas (FFAA), fazemos diariamente, perante o estado a que chegámos, fruto de uma degradação da Condição de Militar, e que vem sendo construída, paulatinamente, há vários anos.

O ataque à Condição de Militar, em nome de "valores" democráticos de tratamento de todos os cidadãos portugueses, tem sido brutal e tem empurrado, uma instituição secular, com dignidade Constitucional, para uma situação de pobreza, moral, económica, financeira e social, difícil de recuperar.



Bem conhecendo a resistência e a capacidade de readquirir a forma original das nossas FFAA, tenho a certeza de que, por muito difícil que seja, a recuperação é possível.

Conhecemos bem o resultado a que levou o fecho das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e do "Casão Militar", da Manutenção Militar e do seu espaço comercial, do desleixo a que foram votadas as habitações sociais dos Militares e, mais recentemente, a junção atrapalhada dos três hospitais Militares, num espaço onde só cabia um e das ADM's (Assistência na Doença aos Militares) no IASFA, com a consequente perda de convenções e serviços de saúde, para os "beneficiários".

Todos saberão que todos os serviços prestados pelas entidades referidas se destinavam a "compensar" os Militares, pela sua dedicação exclusiva à causa da Defesa Militar da Nação Pátria.

Apesar dessa dedicação, Constitucional e legalmente exclusiva, os Militares têm sido confrontados, dia após dia, mês após mês, ano após ano, com sucessivos ataques, em nome de princípios democráticos de organização da sociedade, que não são observáveis, com excepção da política geral de baixos salários.

Querer tornar iguais os desiguais, é um erro tremendo.

Só pela sua condição de garante do Estado de Direito, da Independência Nacional e Defesa da Pátria, jurando perante a Constituição da República Portuguesa e da Bandeira Nacional, dar a sua própria vida em prol desse objectivo colectivo, já é motivo mais do que suficiente para que os Militares tenham uma responsabilidade acrescida, em relação aos demais.

Não são mais nem menos, são diferentes, porque diferente é a sua condição, como bem expressa a Constituição da República Portuguesa.

Depois de um sem número de peripécias à volta das FFAA, como seja, a compra dos aviões A7P – Corsair, dos Patrulhões ou dos helicópteros do Exército, assistimos, Militares e Civis, ao caso do desaparecimento de armamento do interior de Unidades Militares, com o caso mais mediático em Tancos, do caso da corrupção das messes na Força Aérea ou a derrapagem nas obras de recuperação do Hospital Militar da Ajuda, e mais recentemente ao contrabando de diamantes e estupefacientes, ao abrigo de uma missão de paz da ONU ou às caçadas ilegais em Benavente/Alcochete.



Tudo isto desemboca, infelizmente, no mesmo lugar; as "chefias", sejam civis e políticas, sejam militares.

O grau de desinteresse, demonstrado por ambos os decisores, pela causa comum, a Defesa Militar da Nação Pátria, em prol dos seus interesses pessoais, é inegável e gritante.

A comprová-lo podemos lembrar-nos do recente episódio de centralização no CEMGFA, dos poderes atribuídos na gestão operacional das FFAA, esvaziando os dos respectivos Chefes de Estado-Maior dos Ramos.

Nem uma palavra ou atitude tomaram, em defesa das suas "damas". Calaram-se e aceitaram, de cabeça baixa, a decisão do Sr. MDN.

Um verdadeiro Chefe teria tomado uma posição, teria batido com a porta ou como costume dizer, "ia entregar a chave da tropa ao CEMGFA e ao MDN". Talvez o faça mais tarde, quando se encontrar na situação de reforma, como outros, mas até lá...

Com esta medida, o Sr. MDN, concentra em si mesmo, de forma camuflada, todo o poder, não só quanto ao emprego das forças, mas também, quanto ao controlo, de forma mais apertada, dos próprios Militares. O CEMGFA é uma mera figura decorativa, mais um elemento da velha "brigada do reumático", de outras eras.

E, nesse sentido, nasce agora uma ideia peregrina de vir a criar uma entidade de avaliação da condição militar.

Avaliar o quê? A quem interessa a criação dessa entidade e o que vai trazer de positivo aos Militares?



O MDN só não conhece a realidade da situação da condição militar porque não quer, porque não tem qualquer interesse em a conhecer e porque, conhecê-la, obrigá-lo-ia a, no mínimo, ter de prestar algumas declarações, para "inglês ver", sobre uma matéria que, devendo conhecer, desconhece de todo e não tem o mínimo interesse em conhecer.

Criar esta entidade é atirar areia para os olhos dos Militares e da opinião pública, é empurrar com a barriga, para nenhures, a resolução dos reais e urgentes problemas com que os Militares e as FFAA se debatem no seu dia-a-dia, como a falta de efectivos, de material e de objectivos, para lá do Constitucionalmente definido da Defesa Militar da Nação Pátria e de uma remuneração digna, a quem jurou dar a sua própria vida, em defesa dos demais cidadãos.

Que faremos com esta Tropa? O que a Tropa quiser que façamos com ela!!!

J. L. Silva ▲

ANS convidada Sessão de encerramento do 50º aniversário da CGTP

A CGTP convidou a ANS para estar presente no Encontro Sindical Nacional, que encerrou as comemorações do 50º aniversário daquela central sindical. Foi no passado 07OUT21, na Aula Magna da Faculdade de Letras, em Lisboa.

Representada por Luís Bugalhão, e em conjunto com a delegação da AOFA e da AP, foram apresentados cumprimentos à Secretária-geral Isabel Camarinha antes do início do Encontro, que assinalava também o 51º aniversário da CGTP (*fundada em 01OUT1970. O encerramento das comemorações do 50º aniversário esteve previsto para 2020, mas a pandemia de COVID-19 impediu a sua concretização no ano passado*).

Esse breve diálogo, para além da apresentação de cumprimentos, serviu para solicitar o apoio da CGTP para que a EUROMIL possa também integrar a Confederação Europeia de Sindicatos (CES, ETUC na sigla em inglês).

A queixa apresentada pela EUROMIL, em apoio às APM portuguesas, contra o Estado português, no Comité Europeu dos Direitos Sociais, visando os artigos 5º e 6º da Carta Social Europeia, foi outro dos temas abordados, bem como o projecto conjunto da EUROMIL, EPSU (Confederação Europeia de Serviços Públicos) e EuroCOP (Organização Europeia de Sindicatos de Polícia), que visa o fortalecimento e defesa dos direitos sindicais no sector público (*ver notícias sobre estes dois temas n' O Sargento nº 112*).

O Encontro iniciou-se com um momento musical e de dança contemporânea, a cargo do grupo A Garota Não e dos bailarinos da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, ao qual se seguiu a apresentação do livro "50 anos de luta com os trabalhadores".



Seria suposto que a sessão para os convidados terminasse por volta da hora do almoço. Na parte da tarde o Encontro estava programado para intervenções dos sindicatos que integram a CGTP. Contudo, havendo disponibilidade, o representante da ANS assistiu aos trabalhos do Encontro durante a tarde. Isto porque é muito importante para o trabalho da Associação conhecer a experiência do trabalho sindical, das suas lutas em prol de um diálogo social efectivo, das suas dificuldades, enfim, de como poderemos actuar no quadro legal português no âmbito dos direitos sindicais. E foi interessante verificar a quantidade de temas comuns aos Sargentos das FFAA e à Administração Pública: vencimentos, carreiras, condições de higiene e segurança no trabalho, legislação laboral, diálogo social (ou falta dele) etc.

O Encontro foi encerrado pela Secretária-geral. Da nossa parte desejamos o maior sucesso à CGTP, na sua contínua demanda de dignificação de todos os trabalhadores portugueses, nos quais, indubitavelmente, se incluem os trabalhadores/cidadãos em uniforme.

Luís Bugalhão ▲



EUROMIL - primeiro Presidium presencial desde a pandemia



Recepção de boas-vindas aos delegados ao 124º Presidium

O 124º Presidium da EUROMIL teve lugar a 22 de Outubro de 2021, no Clube de Oficiais das Forças Armadas, em Atenas, na Grécia, organizado pela EUROMIL com o apoio da associação membro, PFEARFU.

Esta foi o primeiro Presidium presencial desde o surto da pandemia COVID-19, estando a ANS representada por Lima Coelho. A Associação de Praças delegou em Lima Coelho a sua representação para os fins necessários no Presidium e no Congresso.

Aberto pelo Presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, teve como oradores convidados Dimitrios Rotas, Presidente da PFEARFU, Konstantinos P. Balomenos, Director-Geral da Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional, Ioannis Smyrlis, Secretário-Geral para os Assuntos Económicos Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e Ioannis Paidas, Presidente do Comité Executivo da ADEDY e representante da Grécia no Comité Executivo da CES (Confederação Europeia de Sindicatos).

Para a EUROMIL foi gratificante ter estes oradores presentes, ressaltando a importância das palavras de apoio à adesão da EUROMIL à CES.

O Presidium prosseguiu com um painel de debate sobre a questão do controle militar e migratório nas fronteiras externas da União Europeia.

Este painel, moderado por George Zgardanas, dirigente da PFEARFU e membro da Direcção da EUROMIL, teve como oradores Triantafyllos Karatrantos, Consultor Sénior sobre Radicalização, Crime Organizado e Políticas de Investigação e Prevenção do Terrorismo no Centro de Estudos de Segurança (KEMEA), Marcell Hajdók do Sindicato das Forças de Defesa Húngaras (HOSZ) e Emmanuel Jacob, Presidente da EUROMIL. Manolis Kefalogiannis, Eurodeputado (Grécia, PPE) e Grigorios Apostolou, Chefe do Gabinete de Ligação da Frontex para a Grécia e Chipre informaram, em cima da hora, que não poderiam estar presentes.

As intervenções e o debate destacaram as tendências recentes da migração de países terceiros para a Europa e também as razões da migração, tais como a eclosão de conflitos e as catástrofes relacionadas com a emergência climática. A solidariedade com os migrantes foi expressa pelos membros da EUROMIL e o debate sobre o papel das forças armadas como protectores dos direitos humanos foi expresso no contexto do tema do painel. Além disso, foi salientado o aumento da expectativa de que o pessoal militar realizasse actividades não tradicionais por parte das autoridades estatais, tendo sido acordado pelos membros do painel e pelos participantes que a formação e legislação adequadas deve-



Triantafyllos Karatrantos, Emmanuel Jacob, George Zgardanas e Marcell Hajdók

riam ser implementadas para que tal pudesse continuar.

Os trabalhos do Presidium prosseguiram com a aprovação da Ordem de Trabalhos e a aprovação da Acta do 123º Presidium, realizado em Abril deste ano. Foram igualmente analisados e aprovados o balanço das finanças e o orçamento da EUROMIL para 2022.

O Presidium concluiu com uma visão geral dos relatórios nacionais apresentados pelas associações e sindicatos membros, complementados com intervenções dos representantes presentes.

Após os trabalhos do Presidium, realizou-se o Congresso Extraordinário no qual foram aprovadas as alterações ao estatuto e ao regulamento interno, devendo ser, tão breve quanto possível, presentes a notário para posterior publicação.

O próximo Presidium terá lugar em Trencin, na Eslováquia, em Abril de 2022 e decorrerá já como sendo a 125ª Assembleia-Geral, nova nomenclatura por força da alteração estatutária agora aprovada. ▲



Delegação portuguesa no 124º Presidium: Lima Coelho, representando a ANS e a AP Rui Martins, representando a AOFA

2ª Reunião Regional

Reforço e Defesa dos Direitos Sindicais para o Sector Público



A segunda reunião regional deste projecto conjunto – EUROMIL/EPSU/EuroCOP, teve lugar a 16 e 17 de Novembro de 2021. Centrou-se no contexto da Bulgária, Hungria, República Checa, Eslováquia e Roménia. Recordamos que a primeira reunião deste projecto teve lugar a 14 e 15 de Setembro e envolveu os países do Sul da Europa, conforme relatado nas páginas 4 e 5 da edição nº 113 do jornal “O Sargento”.

Com uma agenda semelhante à da primeira reunião, Alexander de Becker, da Universidade de Ghent, fez uma breve análise jurídica sobre a situação dos cinco países, salientando que, por vezes, a lei, tal como formalmente escrita, diverge do que acontece na prática. Chamou a atenção para a protecção constitucional do direito à greve na Bulgária e Hungria. Contudo, particularmente no caso da Hungria, independentemente do reconhecimento constitucional do direito à greve, existem amplas excepções no quadro regulamentar existente para alguns trabalhadores - mesmo os que são considerados funcionários públicos “normais”.

Representantes sindicais da Hungria e da Bulgária deram uma importante visão da situação dos trabalhadores no terreno. Ficou claro que as protecções dos direitos de negociação colectiva e do exercício destes direitos na prática devem ser tema de discussão.

A encerrar a sessão Nadja Salson, da EPSU, investigou até que ponto o diálogo social sectorial da UE pode proteger e alcançar direitos para os sindicatos, bem como uma actualização sobre o processo judicial da EPSU contra a Comissão Europeia sobre direitos de informação e consulta no governo central e a próxima revisão do diálogo social.

No segundo dia foi feita uma visão geral sobre a situação da Directiva sobre Condições de Trabalho Transparentes e Previsíveis nos cinco países mencionados e foi seguida por uma apresentação do Consultor Sénior Jurídico e de Direitos Humanos da CES, Stefan Clauwaert, sobre estratégias jurídicas práticas para defender os direitos sindicais. Deu uma visão detalhada das duas principais vias disponíveis para contestar as derrogações dos Estados-Membros, nomeadamente o Comité Europeu dos Direitos Sociais (ECSR) e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (ECTHR). Como sabemos, a EUROMIL já utilizou com sucesso o ECSR para apresentar uma queixa contra a Irlanda em nome da sua associação membro irlandesa, PDFORRA, e

está em curso uma queixa contra o governo português. No entanto, salientou que o ECTHR representa um caminho muito mais desafiante em comparação com o ECSR, devido à necessidade de ter esgotado primeiro todas as vias internas, entre outras razões e custos.

Numa apresentação pré-gravada, Carlos Carrion-Crespo, especialista da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em serviços públicos e serviços de utilidade pública, analisou os direitos laborais nos serviços públicos e a Convenção 151 da OIT. Como referido na reunião regional anterior, o contexto cultural e histórico específico de um país tem um impacto significativo no actual quadro em torno dos direitos sindicais dos trabalhadores e este ponto lançou o painel de discussão moderado por Richard Pond da EPSU e Emmanuel Jacob da EUROMIL.

O debate vivo permitiu aos representantes de várias organizações trazer as suas perspectivas para a mesa. Esta foi uma parte inestimável do evento de dois dias, uma vez que deu uma imagem mais clara de para onde o projecto deveria continuar a avançar, uma vez que os participantes de diferentes origens puderam partilhar as suas experiências e fazer sugestões com base na situação específica do seu país.

A concluir o evento, foram sugeridas várias formas de avançar, incluindo a compilação de uma lista conjunta de motivos objectivos sindicais em resposta a isenções e derrogações de protecções consagradas na legislação da UE.

Globalmente, a segunda reunião regional destacou uma demonstração encorajadora de solidariedade entre filiados na obtenção de melhores direitos para todos os trabalhadores, bem como alguns passos práticos para avançar.

A próxima reunião regional terá lugar online nos dias 25 e 26 de Janeiro de 2022 e centrar-se-á na situação na Dinamarca, Finlândia, Suécia, Letónia, Lituânia, Estónia, Polónia, bem como na Noruega, Islândia, Arménia, Ucrânia e Geórgia.

A 8 e 9 de Março está prevista um evento semelhante direccionado para a Croácia, Eslovénia, Sérvia, Macedónia do Norte, Albânia, Montenegro, Turquia, assim como a Bósnia e o Kosovo.

Finalmente, para 10 e 11 de Maio, a 5ª reunião regional vai focar-se na Irlanda, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha, Áustria assim como o Reino Unido e a Suíça.



Retomadas Reuniões e Palestras nas Unidades



Retomando as rondas de visitas e reuniões com Sargentos em várias Unidades dos três Ramos das Forças Armadas, iniciada em 2019, delegações de dirigentes da ANS estiveram reunidas, no dia 23 de Novembro, com Sargentos da Força Aérea que prestam serviço no CFMTFA – Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea, e no dia 25 de Novembro, com Sargentos da Marinha que prestam serviço ou que estão em formação, na ETNA - Escola de Tecnologias Navais da Armada, no Alfeite.

Depois da paragem forçada pela pandemia COVID-19, foi apresentada aos Chefes de Estado-Maior dos três Ramos das Forças Armadas a intenção de retomar estas visitas e reuniões, começando por privilegiar as Unidades de Formação de Sargentos, a ESE, nas Caldas da Rainha, a ETNA, no Alfeite e o CFMTFA, na Ota.

almoço a Delegação da ANS apresentou cumprimentos ao Comandante da ETNA.



As apresentações, feitas, na Ota, no Auditório do Centro de Formação, em que também esteve presente o Comandante do CFMTFA, e no Alfeite, no Auditório da ETNA, com suporte na projecção de PowerPoint, iniciaram-se com uma apresentação da ANS passando pelo enquadramento histórico e legal, a constituição

dos jovens alunos, com as questões ligadas ao reconhecimento académico, com as carências, insuficiências e injustiças do sistema de assistência na saúde e a assistência social complementar, tendo sido reforçada a ideia do necessário apoio e reforço do associativismo profissional militar.

Na ETNA foram colocadas questões sobre o sistema retributivo e histórico da sua evolução, o cartão do antigo combatente, o RAMMFA e a resolução da Assembleia da República que recomenda a sua revisão, a não existência de promoção por diuturnidade na categoria de Sargento, longos tempos de permanência no posto de 1SAR. Foi traçado um quadro negro sobre a situação em que encontram as vidas destes camaradas, mas foi também apontado o caminho da luta.



so, uma vez que agora é ainda graduado) e a 1SAR, após no mínimo 4 anos. Este camarada disponibilizou-se para poder ajudar no sentido de que a luta possa alterar este estado de coisas. Como é natural, a ANS vai acompanhar e apoiar todos estes camaradas nas suas aspirações e dificuldades.

Porque há esperança e porque há necessidade, foi isso mesmo que a ANS deixou expresso no encerramento de ambas as sessões: há que lutar e a luta dá frutos. Em torno da sua Associação, os Sargentos têm razões para lutar e vão fazê-lo.

Nos dois locais visitados ficou bem evidente a necessidade do trabalho desenvolvido e a desenvolver pela ANS, bem como a importância da existência no terreno de um núcleo e de uma rede de delegados associativos.

A reunião inicialmente agendada para o dia 11 de Novembro na ESE – Escola de Sargentos do Exército, nas Caldas da Rainha, teve de ser adiada por motivos de saúde e está em processo de reagendamento, prevendo-se que possa ocorrer no mês de Janeiro. ▲

Isso mesmo ficou patente no resumo feito por um dos camaradas presentes, aluno do 3º ano do CFS, quando afirmou que o que o espera na carreira são mais duas promoções: a 2SAR (no final do cur-



Na ida ao CFMTFA, a delegação da ANS, (Lima Coelho - Presidente da Direcção; Carlos Colaço – Vice-Presidente da Direcção; Rogério Graça – Vice-Presidente da Direcção e João Ludovice Silva – Secretário da Direcção) foi recebida pelo SMOR Paulo Castro, Adjunto do Comandante do CFMTFA para a Categoria de Sargentos, tendo apresentado cumprimentos ao Comandante da Unidade, no edifício do Comando, a que se juntou o SMOR Jorge Sousa, Assessor do CEMFA para a Categoria de Sargentos.

Na ETNA, a delegação da ANS, constituída por Lima Coelho, Presidente da Direcção, José Galvão e Nelson Bento, Secretários da Direcção e Luís Bugalhão, Presidente da Assembleia Geral, foi recebida pelo SMOR Pinto Serrano, Adjunto do Comandante da ETNA para a Categoria de Sargentos e após um pequeno período de cumprimentos e convívio com camaradas na Messe de Sargentos, a que se juntou o SMOR Fernandes Dias, Assessor do CEMA para a Categoria de Sargentos. Após o

desta associação, os objectivos associativos, resultados e vitórias alcançadas e as matérias prioritárias.

Na apresentação das matérias prioritárias abordaram-se temas como o desenvolvimento da carreira, o regulamento de avaliação (RAMMFA), as promoções, a revisão do EMFAR, o reconhecimento académico, a revisão do sistema remuneratório, a saúde e a assistência, entre outros aspectos.

Para além do apelo para que se alertem os mais novos para a necessidade de tomarem consciência da existência da ANS, enquanto organismo que pugna pela defesa das suas condições socioprofissionais, houve espaço para abordar as preocupações que atingem os militares mais antigos.

As questões postas pelos camaradas, dos mais antigos aos mais modernos, foram pertinentes e muitas.

No CFMTFA ficaram patentes, entre outras, as preocupações com o atraso nas promoções, com a não graduação

Sargento Campeã em Corrida de Estrada

Numa prova organizada pela Marinha, realizou-se no passado dia 5 de Outubro, na Base Naval de Lisboa (BNL), no Alfeite, o IV Campeonato Nacional Militar de Corrida de Estrada.

A Furriel Daniela Silva, da Força Aérea Portuguesa, com o dorsal 83, sagrou-se Campeã Nacional Militar no 1.º Escalão Feminino, nesta corrida de 10.000 metros, num percurso de alcátrão no interior da BNL.

O vencedor da geral foi João Fernandes, da PSP. ▲



Fotografia retirada da página da FAP



CORREIO DOS LEITORES

Cartas ao Director

Gestão de Recursos Humanos:



O que a Armada Portuguesa tem feito aos Sargentos Eletrotécnicos (ET), em relação à sua gestão de carreiras, apenas pode ser classificado como uma imensa falta de respeito e uma completa ausência daquilo a que noutros sítios se chamaria de «gestão de recursos humanos».

No nosso caso (sim sou Sargento ET, mas cada vez o consigo dizer com menos orgulho), a “gestão” define-se por um “vamos esperar e ver no que dá...”

Desde 2011 houve 4 anos lectivos (sendo dois consecutivos) em que não existiram cursos de Sargentos técnicos, nos primeiros anos a desculpa era a troika, de momento não sei qual é a desculpa que quem manda escolhe dar.

Acontece que o mundo não pára, todos os anos continuam a ir camaradas para a reserva, a decidir tirar licença sem vencimento, a optar pelo abate aos quadros (cada vez mais comum) e, infelizmente, até a falecer.

Num quadro que estava habituado a uma entrada de jovens Sargentos por ano num número quase nunca inferior a 20 elementos, e que nos últimos dez anos pouco mais de 30 elementos conseguiu integrar, não é preciso ser muito inteligente para perceber que as coisas iam correr mal.

Spoiler alert: Estão a correr muito mal, pessimamente até.

O que é que a Armada Portuguesa tem feito para corrigir este problema? Para combater uma sangria nunca antes vista de um conjunto de técnicos altamente especializados que embarcam em quase todos os vasos de guerra?

Infelizmente quase nada, pior, acho que as poucas acções têm servido para piorar o problema, tanto a curto como a médio prazo:

Primeiro, visto que são cada vez menos as vagas disponíveis para integração de novos Sargentos (em 2022 serão pouco mais de 50 a dividir por todas as especialidades), nos anos em que há abertura de concurso para Sargentos ET, as vagas não passam de meia dúzia.

Segundo, visto que alguém decidiu encurtar o curso de ET para 2 anos em 2023, quando o curso composto por 3 elementos acabar, vamos dispor de 3 sargentos ET sem especialização, mas com um nível de escolaridade atribuída (nível 5) superior a todos os seus antecessores.

Tenho muitas questões...:

1. Onde vão estes camaradas sem especialização embarcar? Em qualquer vaga de ETS/ETA/ETC/ETI disponível? Se sim, o que impedirá que eu possa também embarcar em qualquer vaga?
2. Se isto é uma tentativa de resolver um grave problema de recursos humanos, porque é que se abre um concurso de 3 elementos apenas? Especialmente quando sabemos que existem já no quadro mais de uma dezena de elementos em falta?
3. Sabendo que um curso de 2 anos e sem especialização é, em teoria, mais fácil que um curso de 3, não será de esperar que as graves ultrapassagens que hoje em dia acontecem, por via de um regulamento de avaliação completamente desadequado, sejam no futuro nada menos que escandalosas?
4. Sabendo que o problema que mais prejudica actualmente os camaradas Sargentos ET é o excesso de tempo embarcado, sendo o factor que faz com que mais camaradas ano após ano, alguns depois de décadas ao serviço da brios, decidam solicitar o abate aos quadros, não seria de esperar que tudo se fizesse para promover a entrada de mais camaradas no quadro e não minicursos de 3 elementos?

As mudanças no curso que dá entrada ao quadro de Sargentos ET não foram divulgadas amplamente como de uma decisão destas se esperaria. Pelo contrário, foi informação que difusamente apareceu em conversas de café e que só depois de alguma “investigação” consegui confirmar ser verdadeira.

A minha experiência diz-me que as mudanças boas são normalmente amplamente difundidas, já as outras que são criadas para, de alguma forma, resolver um problema maior à custa do pessoal do costume, são bastante escondidas.

Nada de bom daqui se augura, disso tenho a certeza.

Leitor devidamente identificado ▲

Caros camaradas,

Hoje escreve-vos um jovem Sargento graduado da Marinha.

Escrevo-vos após ter assistido a uma apresentação promovida pelos camaradas da Associação Nacional de Sargentos, no passado dia 25NOV21, onde foi apresentada a ANS (passado, presente e futuro) e onde foram esclarecidas e debatidas algumas matérias.

Após cerca de 2h30 de sessão, fiquei a saber que nós, Sargentos, (via ANS) não somos ouvidos nem tão pouco recebidos por quem nos chefia e comanda. Fiquei a saber que existem leis que consagram direitos nossos e que não são cumpridas, sob pretexto de já serem “leis antigas”. Confirmei que descontamos 14 meses/ano para uma saúde de 12 meses/ano, sem mudança à vista. E que mesmo com este superavit, o organismo que recebe estas verbas encontra-se cada vez mais descredibilizado e descapitalizado.

Confirmei ainda que, para além de poder vir a ser 2SAR durante mais de 4 anos, posso até “morrer” como 1SAR, fazendo seguramente mais de 20 anos neste posto, à semelhança do que já acontece.

Constatei que me encontro numa unidade de formação onde o corpo de formadores, na sua esmagadora maioria Sargentos, se encontra contrariado, desmotivado, sobrecarregado e até “pressionado” por outros Sargentos (!!!) a não “dar boas notas” aos militares em curso, sob pena de, daqui a uns anos, poderem ser ultrapassados na promoção ao posto de SAJ.

Existe ainda a questão do novo curso de Sargentos, de 2 anos, no qual se formam militares com habilitações literárias de nível 5, superior ao de qualquer formador (Sargento). Não esquecendo que acarretará o resto da carreira a serem majorados nas avaliações em virtude de terem maior grau académico que os restantes Sargentos.

Caros camaradas, com tudo o que aqui descrevo (e ainda mais), pergunto-vos:

Que futuro será o dos Sargentos deste país? Que futuro será o meu? De que forma conseguirei ter motivação intrínseca para continuar?

Sem intenções subentendidas, cito as palavras do Capitão Salgueiro Maia: “Como sabem, há os estados socialistas, os estados ditos comunistas, os estados capitalistas e há o estado a que chegámos.”

E este último preocupa-me cada vez mais.

Leitor devidamente identificado ▲

Protocolos ANS

Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciaria e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em www.ans.pt ou no Facebook em

www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

- GLASSDRIVE

- INSTITUTO QUINTINO AIRES

- EMARA TRAVEL

- CLÍNICAS LEVITATE

- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL

- FITOCLINIC

- FITNESS HUT

ZONA NORTE:

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA

- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI

- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES

- ÓPTICA DA MALVEIRA

- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR

ASSISTIDAS

- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA

- FERNANDÓPTICA, LDA

ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO

(www.farmaciasprogresso.pt)

- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA

- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA

- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE

- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS

- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE

- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO

- CLÍNICA VIDAMED

- FARMÁCIA EUSIL

- ÓPTICA BERNA

- CLÍNICA O MEU MÉDICO

- CLÍNICA PELVICLINIC

- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE

- MÉDICO SOBRE RODAS

- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA

- MONTICORPO

- DRAGONFLY

- FAZ UM “LIKE” NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos

- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT

- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT ▲



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Os trabalhos de mudança de material e equipamentos para as novas instalações da ANS, referidos na edição anterior, estão concluídos e muito embora os trabalhos de arrumação e preparação da nova sede prossigam, já estamos a funcionar em pleno no novo espaço da ANS. Mais um passo para melhor apoiar a luta dos Sargentos.

Contudo, as matérias de âmbito profissional, social e assistencial, das quais destacamos as injustiças e dificuldades no IASFA/ADM/ASC, no atraso ofensivo e lesivo das promoções, o obsoleto e elitista regime remuneratório e a existência de regulamentos prejudiciais para a Condição Militar, continuam a exigir e a merecer a nossa atenção e a continua disponibilidade para lutarmos para procurar encontrar os melhores resultados possíveis.

Para além destas exigências, as necessidades de responder às necessidades e aspirações dos Sargentos, leva-nos a uma intensa actividade associativa, em que se incluem inúmeras iniciativas e eventos, de que apresentamos um resumo:

01OUT – Reunião com Sargentos do Exército, na sede da ANS, no Lumiar. ANS representada por L.Coelho e M.Dias;
06OUT – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS. Esta reunião foi realizada de forma mista, presencial e vídeo;

07OUT – Convite para a cerimónia relativa ao 51º aniversário da CGTP e Encontro Sindical Nacional, na Aula Magna, em Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão;

11OUT – Reunião, via vídeo, entre as Direcções das APM. ANS representada por L.Bugalhão;

14OUT – Convite para a cerimónia dos 50 anos da Revista da Armada, na Academia de Marinha, em Lisboa. ANS representada por R.Maricato;

14OUT – Convite para cerimónia de Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da ADFA, na sua sede nacional, em Lisboa. ANS representada por N.Bento;

16OUT – Assinatura do Contrato Promessa de Compra e Venda relativo ao andar da antiga sede da ANS. Este acto teve lugar na nova sede da ANS que esteve representada por L.Coelho, N.Mateus e J.Pereira;



18OUT – Reunião, via vídeo, entre as Direcções das APM. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

19OUT – Reunião com Sargentos da Marinha, em Almada. ANS representada por L.Coelho;

19OUT – Reunião do Secretariado da ANS, via vídeo;
22OUT – 124º Presidium da EUROMIL, em Atenas – Grécia. ANS representada por L.Coelho;

23OUT – Convite para as cerimónias alusivas ao Dia do Exército, em Aveiro. ANS representada por F.L.Silva;

26OUT – Entrega de documento na residência oficial do Primeiro-ministro, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.L.Silva e N.Bento;

27OUT – Reunião via vídeo ODIHR/EUROMIL sobre os direitos dos militares nos meios informáticos. ANS representada por L.Coelho;

28OUT – Reunião do Conselho Consultivo do IASFA, via vídeo. ANS representada por L.Coelho

28OUT – Reunião, em Lisboa, para estabelecimento de protocolo de apoio jurídico. ANS representada por L.Coelho;

29OUT – Reunião com Sargentos da Marinha, na sede social da ANS, representada por L.Coelho e J.Pereira;

30OUT – Convite para o Congresso Nacional de Antigos Combatentes, no Auditório do Colégio dos Maristas, em Carcavelos. ANS representada por L.Coelho;

03NOV – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS. Reunião realizada de forma mista, presencial e vídeo;

05NOV – Reunião vídeo com a Direcção da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

06NOV – Iniciativa para assinalar formalmente o início de actividades na nova sede;



09NOV – Reunião do Secretariado da ANS, via vídeo;

11NOV – Cerimónia em Belém, alusiva aos 103 anos do Armistício, ao 100º aniversário da Liga dos Combatentes e aos 47 anos do fim da Guerra Colonial. ANS representada por J.L.Silva;

12NOV – Reunião, via vídeo, entre as Direcções das APM. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

16 e 17NOV – Conferência Regional, via vídeo, sobre Direitos Sindicais na Europa, organizada pelas EPSU, EuroCOP e EUROMIL. ANS representada por L.Coelho, R.Graça e L.Bugalhão;

16NOV – Reunião do Secretariado da ANS, via vídeo;

18NOV – Convite para Conferência promovida pela ASPP/PSP, na Voz do Operário, em Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão;

18NOV – Convite para a cerimónia promovida pela ACR, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão;

21NOV – Apresentação na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó, de um livro escrito por David' Pereira. Apresentação feita por L.Coelho;

23NOV – Reunião e Palestra com Sargentos da FAP, no CFMTFA, na Ota. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, R.Graça e J.L.Silva;

25NOV – Reunião e Palestra com Sargentos da Marinha, na ETNA, no Alfeite. Delegação da ANS composta por

L.Coelho, J.Galvão, N.Bento e L.Bugalhão;

26NOV – Reunião da Direcção da EUROMIL, em Berlim. L.Coelho participou via vídeo;

27NOV – Convite para a cerimónia promovida pelo núcleo da ACR de Viana do Castelo. ANS representada por H.Costa;



27NOV – Convite para a cerimónia alusiva ao 29º aniversário da AOFA, na Trafaria. ANS representada por L.Coelho e J.Pereira;

02DEZ – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS. Reunião realizada de forma mista, presencial e vídeo;

06DEZ – Reunião com Sargentos da FAP, na sede social. ANS representada por L.Coelho;

08DEZ – Reunião da Direcção da EUROMIL, via vídeo. ANS representada por L.Coelho;

09DEZ – Reunião, via vídeo, promovida pela EUROMIL, para apresentação dos resultados e mecanismos sobre a negociação salarial promovida pelos sindicatos militares, na Bélgica. ANS representada por L.Coelho, R.Graça e L.Bugalhão;

11DEZ – Reunião da Direcção da EUROMIL, via vídeo. ANS representada por L.Coelho;

13DEZ – Convite para a sessão pública de anúncio do compromisso eleitoral da CDU, no ISCTE, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

14DEZ – Iniciativa de protesto junto ao ministério da Defesa, pelo atraso nas promoções;

15DEZ – Reunião com Sargentos da Marinha, na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por L.Bugalhão;

16DEZ – Reunião, via vídeo, entre as Direcções das APM. ANS representada por L.Coelho e J.L.Silva.

16DEZ – Reunião, via vídeo, entre as Direcções das APM. ANS representada por L.Coelho e J.L.Silva.

À hora do fecho desta edição estão em preparação as iniciativas possíveis relativas à comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, por todo o País, no início de 2022. Estão igualmente em preparação reuniões com Sargentos do Exército e da Força Aérea, a realizar ainda antes do final do ano de 2021 face aos inúmeros problemas sentidos, dos quais está a assumir escandalosa dimensão o atraso nas promoções.

Mas, para além desta problemática relativa ao atraso nas promoções, muitas e variadas matérias de âmbito profissional, social e assistencial continuam a merecer a atenção de todos nós e a exigir a continua disponibilidade para lutarmos, unidos, firmes e determinados pelos melhores e possíveis resultados. Sobre as actividades daqui resultantes daremos conta na próxima edição do jornal “O Sargento”. ▲



O 31 de Janeiro Dia Nacional do Sargento em 2022

Apesar do clima pandémico que ainda nos assola, agora com a propagação de uma nova variante, é desejável que se preparem as condições necessárias para assinalar e comemorar esta data histórica, desde que cumprindo com as normas de higiene e segurança sanitária, para que não se corram riscos desnecessários nem se cometam erros ou excessos que ponham em causa a saúde pública!



O 131º aniversário da data heróica e de grande impacto na história portuguesa, o 31 de Janeiro de 1891, primeira tentativa de implantação da República, desde há muitos anos adoptado como o Dia Nacional do Sargento, poderá ser assinalado e comemorado conforme vinha sendo feito ao longo dos anos, desde que as condições de higiene e segurança sanitárias o permitam.

A pandemia COVID-19, com as suas variantes, que afecta o nosso País, e todo o mundo, impõe necessários cuidados e exigências. Nesse sentido, com a responsabilidade própria que caracteriza os dirigentes da ANS, seus delegados, associados e amigos, estão a ser iniciados os trabalhos tendentes à realização dos actos que assinalam e comemoram o “31 de Janeiro

– Dia Nacional do Sargento”, em todos os núcleos e locais onde, desde há muitos anos estes actos se realizam.

Habitualmente, em tempos de normalidade sanitária, a ANS, os seus dirigentes, delegados, associados e amigos, promoveram estas comemorações em 20 ou mais localidades de todo o País, incluindo alguns locais fora do território nacional onde se encontravam Sargentos em missão de serviço.

Para o ano de 2022, em Lisboa, palco da comemoração central, já está reservado o espaço da Casa do Alentejo, para a realização do evento no dia 29 de Janeiro, o Sábado mais próximo da data. No Porto, local emblemático desta efeméride, já estão em preparação as comemorações para o próprio dia 31 de Janeiro, Segun-

da-feira. Na Madeira, os dirigentes e delegados estão a preparar o início das comemorações para o dia 22 de Janeiro. Nos Açores, os dirigentes e delegados estão a preparar os eventos comemorativos para o fim de semana de 5 e 6 de Fevereiro. Entretanto, ao longo do País, preparam-se os eventos comemorativos em que a participação dos Sargentos é de elevada importância, pois é em si mesmo, um acto de unidade da classe e de determinação na defesa dos valores e princípios que os Sargentos prosseguem.

Para além destes actos comemorativos, o Dia Nacional do Sargento deverá ser devidamente comemorado e assinalado em messes, salas e clubes de Sargentos das mais variadas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos das Forças Armadas.

É possível, desejável e necessária esta comemoração!

No entanto, a Direcção da ANS está a acompanhar atentamente o evoluir da situação pandémica e, se da mesma resultarem condições que imponham tais limitações ou restrições que impeçam estes actos comemorativos, então serão encontradas formas alternativas para que em todos os núcleos, de uma forma organizada e generalizada, respeitando as normas de higiene e segurança, com elevada responsabilidade e sentido cívico, mas também com inteligência, unidade, determinação e elevada consciência de classe, os Sargentos de Portugal possam demonstrar que, apesar das circunstâncias, é desejável e possível assinalar e comemorar o “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”! ▲



A Direcção da ANS e de O Sargento
Desejam Feliz Natal e Próspero
Ano Novo